



Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE
CONTAS**

PROJETO DE LEI Nº 173/2022, protocolizado nesta Casa de Leis no dia 16 de novembro de 2022, de autoria do **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL** que “Projeto de Lei que altera a redação do artigo 3º, inciso V e artigo 7º, incisos II e III, da lei nº. 6.931, de 07 de janeiro de 2022 e dá outras providências”.

Veio a esta Comissão para análise e parecer no dia 16/11/2022.

É o Relatório.

O presente Projeto de Lei visa alterar Lei Municipal nº. 6.931/2022 para prevê a possibilidade do Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental -Sanear receber repasse do Poder Executivo Municipal, desde que haja disponibilidade financeira e orçamentária previamente aprovada pela Câmara Municipal de Colatina .

A Lei Municipal nº. 6.931/2022 estabelece as receitas que custearão as despesas do Sanear, com for transcrição abaixo:

Art. 7º O SANEAR contará com receitas provenientes dos seguintes recursos:

I – das tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos;

II – da **subvenção** que lhe for anualmente consignada no orçamento municipal;

III – dos auxílios, subvenções e **créditos especiais ou adicionais** que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelos governos federal, estadual e municipal ou por bancos de fomento e organismos de cooperação internacional;

IV – de produtos de cauções ou depósitos que reverterem aos seus cofres por descumprimento contratual;

V – de doações, legados e outras rendas que, por sua natureza ou finalidade, lhe devam caber;

VI – outras receitas correntes e de capital.

Informa o Poder Executivo que a alteração faz-se necessário pois na redação atual existe a previsão de receitas provenientes de "subvenção" no inciso II. No entanto, o Plano de Contas adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo não prevê no caso de receitas e despesas intraorçamentárias, devendo a redação do inciso II, do artigo 7º, ser substituída pelo termo "repasse".

Quanto a alteração do inciso III, faz-se necessária pois o termo "créditos adicionais" abrange os créditos suplementares e créditos especiais. Aquele trata-se de gênero que comporta tais espécies. Cabendo portando a simples correção da redação.





Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

Por fim, a alteração do artigo 3º faz-se necessário devido à necessidade de prevê na Autarquia Municipal uma fonte de receitas para a continuidade da prestação de serviços de limpeza urbana, tendo em vista serem atividades delegadas a autarquia municipal sem a previsão fonte de recursos para custeá-los impactando assim as contas do Sanear.

Diante da análise da justificativa apresentada, razão assiste ao pleito, **PELO EXPOSTO**, esta Comissão é pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 173/2022**.

Sala das comissões, _____ de _____ de 2022.

JOÃO MARCOS CUNHA FILHO
PRESIDENTE

MARLÚCIO PEDRO DO NASCIMENTO
VICE-PRESIDENTE

GEFERSON ISRAEL ALVES
MEMBRO



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://camaracolatina.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320035003600320032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Geferson Israel Alves** em 16/11/2022 19:14

Checksum: **AC5E308128683CA77752196541F94230168095DF591605AC89DA173013DACB5D**

Assinado eletronicamente por **Marlúcio Pedro do Nascimento** em 16/11/2022 19:17

Checksum: **E6191C63D59C1EA15698AACE765C7C9DA8C74D53C99CA0EFF589D060382AC926**

Assinado eletronicamente por **João Marcos Cunha Filho.** em 16/11/2022 19:18

Checksum: **C2F2F945930911CA5D95B593C36BA2E6B1D213A0F3E78B8ED6A54EB47D97B446**

